

▷ **José Manuel Castro**
Instituto do Emprego e Formação
Profissional
Faculdade de Psicologia e Ciências
da Educação da Universidade do
Porto

Lucília Machado
Coordenadora do Mestrado
em Gestão Social, Educação e
Desenvolvimento Local
Centro Universitário UNA / Belo
Horizonte, Brasil

Lições de África: O modelo curricular das Escolas Profissionais moçambicanas, o empreendedorismo e o desenvolvimento local

Resumo

Os autores foram responsáveis pela Avaliação Internacional do Modelo Curricular e Pedagógico das Escolas Profissionais de Moçambique, realizada no âmbito de um projeto da Fundação Portugal – África, em setembro de 2011. Esta comunicação, tendo por base elementos dessa avaliação propondo-se ilustrar e refletir acerca da relevância do modelo curricular das escolas profissionais (EP) de Moçambique (e do seu modelo educativo) na promoção intencional de espaços de produção de saberes e de cultura, de organização coletiva, de reciprocidade, de relações democráticas, de estímulo à solidariedade e ao associativismo, de modo a tornar seus alunos capazes de construir, com iniciativa e empreendedorismo, respostas ao desemprego estrutural, à estagnação económica e à pobreza no seu país.

O modelo curricular avaliado visa intencionalmente promover motivações e interesses nos alunos para a reunião de condições para sua emancipação económica, tais como a apropriação de conhecimentos e desenvolvimento da criatividade, capacidade para inovar, da disciplina, perseverança, espírito de arrojo e de coragem, que lhes possibilitem perceber e aproveitar oportunidades, tomar iniciativas, avaliar investimentos necessários e riscos tendo em vista a criação de soluções alternativas à falta de empregos para todos ou à precariedade do trabalho.

Introdução

Esta comunicação apresenta, sintetiza e comenta os dados de contexto e as questões para análise propostas na Avaliação Internacional do Modelo Curricular e Pedagógico das Escolas Profissionais de Moçambique, realizada no âmbito de um projeto da Fundação Portugal – África, em 2011.

Desenvolve-se através da apresentação geral das metodologias utilizadas na avaliação nos seus aspetos quantitativos mais significativos, do enquadramento dos cursos das EPs no sistema de formação técnico-profissional moçambicano, da síntese da avaliação das distintas categorias de análise e termina com uma curta conclusão

Metodologia de avaliação.

O processo de avaliação foi suportado metodologicamente nos seguintes elementos:

- Realização da análise documental dos principais instrumentos normativos do modelo da Escolas Profissionais;
- Preparação dos trabalhos de campo: confirmação dos segmentos interlocutores; construção, aferição e validação final dos instrumentos de consulta;
- Aplicação da metodologia de avaliação nas escolas participantes (e previamente identificadas): conhecimento dos espaços, instalações e equipamentos das Escolas Profissionais (EP); entrevistas com as Direções Provinciais de Educação e Cultura, com os Diretores das EP e Diretores Adjuntos Pedagógicos; realização de painéis com alunos, professores, encarregados de educação/ autoridades e líderes locais, empresários e Organizações Não Governamentais;
- Consolidação das informações obtidas e redação do relatório.

A composição dos painéis dos grupos e suas dimensões respeitou, em cada escola, os seguintes critérios: 8 alunos representantes do 1º, 2º ano e ano complementar por curso e por género; 8 professores com representação equitativa das disciplinas socioculturais e técnico-profissionais; os demais painéis ficaram ao critério e à capacidade de mobilização das Escolas dos segmentos a serem consultados nas datas da visita das equipas de avaliação (constituídas sempre por um dos autores, um colaborador da Unidade Técnica de Apoio ao Programa das Escolas Profissionais de Moçambique e interlocutores regionais)

Em termos quantitativos a avaliação foi realizada em 14 escolas de oito províncias de todo o País, envolvendo um total de 380 participantes, aos quais se devem acrescentar sete reuniões ao nível das Direções Provinciais. A consulta dos diferentes intervenientes das escolas profissionais foi realizada através de 13 reuniões com diretores de escolas profissionais, 14 reuniões com diretores adjuntos pedagógicos, 14 painéis com professores das EP (num total de 111 participantes), 14 painéis com alunos das EP (num total de 125 participantes), 14 painéis com encarregados de educação/ autoridades e líderes locais (num total de 92 participantes) e 12 painéis com empresários/representantes de ONG (num total de 25 participantes).

Enquadramento dos cursos das Escolas Profissionais no conjunto da oferta educativa técnico profissional de Moçambique

Em Moçambique a oferta de formação técnico-profissional de nível básico é realizada através das Escolas Básicas e das Escolas Profissionais (que sucederam às Escolas de Artes e Ofícios no âmbito do programa de relançamento do Ensino Técnico-Profissional estabelecido na Estratégia do Ensino Técnico-Profissional em Moçambique 2002-2011). No caso das Escolas Básicas, a formação organiza-se ao longo de 3 anos e assegura simultaneamente a qualificação profissional de nível II e a certificação escolar correspondente à 10ª classe (ensino básico). Nas Escolas Profissionais, a formação dura 2 anos, concluídos com a realização de uma Prova de Aptidão Profissional (PAP) e de um estágio realizado em contexto empresarial, conferindo, neste caso, qualificação profissional de nível II e equivalência à 9ª classe. Os alunos que tenham completado a parte escolar com uma média igual ou superior a 12 (e realizado o estágio), poderão prosseguir estudos no chamado Ano Complementar (realizado nas escolas profissionais), obtendo nesse caso equivalência à 10ª classe e ao ensino básico. A oferta profissionalmente qualificante de nível médio é realizada em Institutos Médios, com a duração média de 3 anos, atribuindo a qualificação profissional de nível III e a certificação académica equivalente à 12ª classe.

O tratamento dos dados obtidos através da análise documental e do trabalho de campo realizado nas 14 escolas apontou para a constituição de oito categorias distintas de análise: 1 - Criação das Escolas Profissionais, 2 - Capacitação prévia de diretores, 3 - Inovação curricular e pedagógica, 4 - Prova de Aptidão Profissional, 5 - Estágio Profissional, 6 - Sucesso escolar dos alunos, 7 - Inserção sociocomunitária.

Síntese da avaliação nas diversas categorias de análise.

1 - Criação das Escolas. Os dirigentes provinciais expressaram uma perceção difusa quanto ao modelo das EP, mas as veem como importante instrumento da política educacional do país, centrado na qualificação dos jovens moçambicanos e, sobretudo, no estímulo do empreendedorismo popular. Recomendaram cautela na expansão dessas escolas, pois o prioritário, no momento, será assegurar condições às existentes. As EP não têm tido, em geral, o patrocínio dos empresários e das maiores empresas moçambicanas, sendo a sua principal contribuição a disponibilização de locais para estágios (ainda que com algumas restrições) e a participação em Conselhos de Escola. As EP consideraram difícil concretizar todas as autonomias que lhes estão outorgadas, pois para isso dependem de todos os intervenientes no processo educativo, internos e externos, na partilha de responsabilidades. As dotações governamentais não têm sido suficientes para satisfazer as necessidades de manutenção e desenvolvimento das EP e a sua sustentabilidade. Por outro lado, a ajuda resultante de receitas próprias nem sempre tem sido possível e apresenta diversas assimetrias regionais. O regime de recrutamento e colocação de professores é regido pelo modelo oficial mas, na sua aplicação às especificidades das EP, precisa de aperfeiçoamentos.

2. Capacitação prévia de diretores das EP. Os documentos consultados não referem o perfil, a qualificação necessária, nem as formas de provimento dos cargos de direção das EP. A formação contínua dos diretores é fundamental em função do perfil de formação inicial que apresentam e das responsabilidades que muitos deles possuem como membros das Equipas Locais de Implementação e Desenvolvimento das Escolas Profissionais (ELIDEP). Os investimentos feitos nesse sentido são importantes na solidificação do modelo que identifica essas instituições educacionais, ainda que os dirigentes ouvidos reivindicam uma melhor preparação para o exercício de suas funções.

3. Inovação curricular e pedagógica. O modelo curricular das Escolas Profissionais moçambicanas fomenta de uma forma muito expressiva a inovação pedagógica em múltiplos sentidos, onde se destacam com clareza o investimento pelos professores na aplicação do regime modular e a perceção que os alunos têm dos ganhos desta modalidade na aquisição e avaliação das aprendizagens. O desenvolvimento dos cursos assente num currículo de 1º ano, 2º ano (rematado com a realização da PAP e do Estágio Profissional), ao qual se acrescenta o Ano Complementar (para os alunos com classificação superior a 12 valores, que optem pela sua frequência), mereceu uma profunda atenção por todos os intervenientes. A maioria não discute a "bondade" da atual proposta de currículo (nomeadamente a possibilidade de saída profissional no final do 2º ano), mas considera que realisticamente a maioria dos alunos optará quase sempre pelo completamento da 10ª classe. Neste ponto os encarregados de educação mostraram-se muito exigentes quanto à necessidade de o educando completar o Ensino Básico, a que se associam inquietação e desconfiança face à designação arcaica de qualificação escolar de *ensino elementar*. A distribuição das cargas horárias das disciplinas gerais versus técnicas propostas no modelo foi considerada coerente com a natureza *profissional* dos cursos, embora seja nítida uma expressiva exigência pelos professores, de melhoria na conjugação e articulação entre as diversas disciplinas e reforço de meios de trabalho. A implementação do princípio da integração curricular demonstrou ser uma importante via para o fortalecimento simultâneo dos conteúdos da formação geral e da formação técnica, mas a garantia da concretização da interdisciplinaridade exige uma maior formação pedagógica dos professores. Destaca-se a necessidade de procurar melhorar a *qualidade* da procura e das escolhas pelo Ensino Profissional através de atividades de orientação profissional. As EPs têm investido em diversas formas de divulgação - nomeadamente a designada "semana do ensino técnico" (visitas à escola/oficinas de alunos da 7ª classe - Escola Primária 2º grau), que parecem ter resultados prometedores.

4. Prova de Aptidão Profissional - impacto na vida dos alunos e na comunidade. A prova de aptidão profissional foi comumente aceite e valorizada como um aspeto inovador do modelo EP, sendo reconhecida por todos os intervenientes como uma eficaz forma de avaliação das aprendizagens dos alunos, permitindo-lhes mobilizar e demonstrar os seus saberes, perante um júri e a comunidade. A PAP é valorizada e compreendida pelos alunos e pelos encarregados de educação (nomeadamente como investimento pessoal no projeto e capacidade de falar em público) e alguns empresários demonstram conhecer bem o modelo, participando regularmente nos júris. Um aspeto destacado como boa prática relacionou-se com a realização de PAP conjuntas (integrando os trabalhos de alunos de diversos cursos num projeto mais amplo), sobretudo pela maximização de meios e recursos e pela dimensão de coletiva de projeto e trabalho integrado dos alunos. Deverá ser contudo especificado nessa prática o que este modelo terá de *individual*, evitando dificuldades de avaliação e prevenindo a eventual desvalorização social da prova. Na opinião de alguns interlocutores (sobretudo dirigentes e empresários) as atividades

da PAP podem ser entendidas na dimensão *trabalho social*, por oposição ao estágio, percebido enquanto *trabalho profissional*.

5. Estágio Profissional – aspetos e organização. O conceito de estágio como momento formativo concreto de realização de aprendizagens profissionais está corretamente definido nos diversos normativos e é entendimento geral dos interlocutores a necessidade da sua realização – sempre que possível – em ambiente empresarial. Salienta-se a importância do estágio para concretização da formação, através do exercício do papel de trabalhador. Objetivamente promove a ligação com o mercado de trabalho, embora não tenham sido encontradas evidências significativas de oportunidades de emprego através de uma contratação formal dos jovens diplomados. Assinale-se a recorrente dificuldade na concretização dos estágios em empresas e ambientes profissionais, o que tem conduzido a que repetidamente estas atividades se realizem na *função de produção* da escola. No contexto específico da agricultura, este aspeto ganha uma relevância diferente pois a *função produção* na escola demonstrou ser indutora de inovações, (modificações de processos produtivos, intervenções fitossanitárias, novos produtos) que são muito atentamente *acompanhadas* pela comunidade próxima, com benefícios declarados na melhoria e fomento da produtividade das suas próprias hortas. Para os empresários os alunos-estagiários devem ter o estatuto de trabalhadores (embora supervisionados), no qual a responsabilidade pela segurança (preventiva) é da empresa, ainda que no caso de acidente deva ser a escola/família a responsabilizar-se pelo restabelecimento do estagiário. Algumas dúvidas quanto à posição do estágio na estrutura curricular do curso, mas sempre no final de um ano letivo. O modelo previsto de acompanhamento regular durante o estágio pelos professores de apoio é de difícil execução.

6. Sucesso escolar dos alunos. Os alunos demonstraram um elevado investimento pessoal na concretização das escolhas vocacionais realizadas, ainda que por vezes identificando objetivos externos (tais como agricultura para combater a pobreza, desenvolvimento do país, falta de técnicos) e uma significativa influência de modelos familiares (Encarregados de Educação eletricitistas, serralheiros, mecânicos). A taxa de aproveitamento escolar do ano letivo de 2010 dos alunos das EP revela um melhor resultado comparativamente às escolas básicas e aos institutos médios. Em relação ao desenvolvimento curricular das EP verificou-se um grande consenso sobre a importância da organização modular dos cursos e da diversidade de formas de avaliação (uma das marcas mais distintivas do modelo EP) para a diminuição das reprovações e das taxas de desistência/abandono. Ainda que maioritariamente orientados para o prosseguimento de estudos, os alunos mostram-se motivados pela segurança do certificado profissional, pela maior facilidade de emprego, possibilidade de autoemprego e ganhos de autonomia. Salienta-se pois uma elevada presença, no discurso dos alunos, do interesse/necessidade em serem empresários, fomentando o autoemprego: consequência tanto da formação em empreendedorismo, como da consciência de falta de emprego (por falta de empresas – questão já muito nítida nos estágios), ainda que esta situação se coloque de forma muito diferente na formação agrícola. As estratégias de acompanhamento da inserção socioprofissional dos alunos graduados consideradas apresentam resultados ainda muito débeis.

7. Inserção sociocomunitária. As EP procuram inserir-se social e comunitariamente, atendendo necessidades locais de formação profissional, reforçando a luta pela diminuição da pobreza no país e o seu desenvolvimento através de impulso nas inovações produtivas e disseminação de técnicas e conhecimentos. Na perspectiva dos encarregados de educação e estudantes, elas significam mais oportunidades de acesso à educação. Nem sempre as EP possuem, porém, clareza sobre o alcance da sua inserção social e comunitária e pensam ser necessário avançar no seu enraizamento social. Para tanto, pretendem ser mais efetivas na gestão participativa, no aproveitamento das experiências e saberes existentes na comunidade, nas ofertas adicionais de cursos de qualificação para adultos. Dos encarregados de educação, comunidades e alunos, elas têm recebido o reconhecimento e a valorização dos benefícios advindos dos saberes que promovem.

8. Aspetos marcantes do modelo EP. Os consultados destacaram como positividade do modelo das EP, a lógica modular de organizar currículos e avaliar aprendizagens; o foco prático do ensino e sua conexão ao mundo do trabalho; a relação com o que o país precisa em termos de formação profissional e as condições de aprendizagem e de realização oferecidas aos alunos. Observações críticas foram feitas à insuficiência de infraestrutura material das EP; aos mecanismos de passagem dos alunos à continuidade dos estudos; ao viés pejorativo do adjetivo *elementar* de identificação das EP; à escassez de pessoal docente com perfil adequado quanto à qualificação técnica e pedagógica; à falta de intercâmbios entre as EP; ao número insuficiente de EP no país; à precária divulgação deste modelo para que possa ser melhor conhecido pelo país e pelas próprias comunidades. Houve menções à necessidade de tornar a educação profissional uma necessidade e tarefa de todos, incluindo o conjunto das instituições presentes no nível

comunitário e dos diversos organismos ministeriais, de modo a promover redes e alianças operativas e estratégicas, que levem à transformação das condições sociais, económicas e políticas que reproduzem a pobreza. Nas suas memórias dos percursos nas EP, alunos disseram que ficarão os acontecimentos que lhes deram possibilidade de provar suas capacidades profissionais, de superar medos e receios, de vivenciar sentimentos encorajadores, de serem recompensados com distinções e de fazer sólidas amizades. O aproveitamento dessa energia, fortalecimento e sentimentos positivos experimentados pelos alunos e suas famílias, emergiu como uma força endógena ainda insuficientemente utilizada tendo em vista tornar o projeto educativo e cultural das EP efetivamente sociocomunitário. Constatou-se, portanto, que esforços adicionais precisam ser feitos de modo a tornar a ligação de cooperação e solidariedade comunitária, elemento essencial da conceção original desse projeto, um processo realmente efetivo e internalizado por todos.

Conclusão

Relevância das Escolas Profissionais como modelo na formação profissional inicial de jovens em África. A educação profissional *tradicional* africana (tal como a dos outros povos) baseia-se em dois princípios fundamentais: aprendizagem pela ação (aprender fazendo) e aprendizagem com o grupo de pares (por maestria e experiências vicariantes). O modelo curricular e pedagógico das Escolas Profissionais consagra a qualificação como um processo de aprendizagem altamente envolvido com a experiência, realizado ao longo do tempo, em diferentes tempos, de diversas maneiras, com objetivos e propósitos formalmente estabelecidos e regulamentados, mas sempre fortíssimamente envolvidos nos contextos comunitários próximos. Os cursos das Escolas Profissionais conduzem a qualificações que são *facilmente* compreendidas (porque conhecidas) por todos, acessíveis de maneira sistemática e regular, com significativas incorporações de inovação. Mostram-se também relevantes para as necessidades locais e regionais, permitindo (e induzindo) o prosseguimento de estudos. O modelo de desenvolvimento das EPs demonstrou uma sólida liderança institucional e pedagógica, com ampla participação, experimentação, avaliação de resultados e sistematização de experiências. Como modelo educativo exigente (e com exigências), terá de se suportar numa rede estabelecida a nível local e regional que possa permitir a identificação de necessidades de qualificação, de locais de estágio e eventuais empregos.

Sendo certo que esta tessitura implicará empenhados esforços na melhoria e qualificação dos espaços, no equipamento e reforço dos consumíveis necessários para as diversas especialidades, na urgente qualificação dos atores institucionais e pedagógicos (nós quais os professores das áreas técnicas são a urgência das urgências), na aproximação às comunidades, líderes locais, pais e encarregados de educação e, sobretudo, no estabelecimento de contratos de crença, confiança e investimento pessoal com os jovens alunos, o modelo das Escolas Profissionais de Moçambique afirma-se na consistência e coerência (em termos curriculares e pedagógicos) como um exemplar modelo de qualificação profissional inicial africano.

Deste modelo ressalta o entendimento da educação e formação profissional inicial de jovens como um processo de desenvolvimento pessoal e social, que se atualiza ao longo do ciclo da vida, através dos quais se criam e transformam saberes e experiências em conhecimentos, em competências, atitudes, crenças, valores, sentidos e emoções. Reafirma o aprender como o coração da humanidade e as escolas como “estaleiros de humanidade” (Joaquim Azevedo, 2010), numa sociedade aprendente, comprometida com uma cidadania ativa, princípios democráticos e igualdade de oportunidades.